ATA DE REUNIÃO 06/11/2026

DATA: 06 de novembro de 2026 **HORÁRIO:** 14h **LOCAL:** Sede da Secretaria Municipal da Saúde.

PARTICIPANTES:

- Pela **Secretaria Municipal de Educação (SME):** Ciro Mesquita de Oliveira, Secretário Municipal da Educação, e Ana Christina Silva de Moraes Lima, Secretária Executiva da SME.
- Pelo **Sindicato União dos Trabalhadores em Educação de Fortaleza (SINDIUTE):** Ana Cristina Guilherme, Presidente do SINDIUTE e demais membros.

1. Abertura:

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e seis, às 14 horas, na sede da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza, teve início a audiência entre a representação do Sindicato União dos Trabalhadores em Educação do Município de Fortaleza – SINDIUTE e a gestão da SME.

Após os cumprimentos iniciais, o secretário municipal da Educação, professor Ciro Mesquita, concedeu a palavra à presidenta do SINDIUTE, professora Ana Cristina Guilherme, que apresentou uma análise de conjuntura sobre a política educacional desenvolvida pela gestão municipal durante os anos de 2025 e 2026, destacando a insuficiência de avanços nas pautas prioritárias da categoria, as dificuldades orçamentárias e administrativas e a necessidade de reconstrução das relações institucionais entre a Secretaria e a representação sindical.

2. Análise do Sindiute da Gestão da SME nos Anos de 2025 e 2026

A presidenta do SINDIUTE iniciou sua intervenção afirmando que a gestão da SME, em 2025, não priorizou as reivindicações da Campanha Salarial aprovadas democraticamente em Assembleia Geral da categoria. Destacou que a gestão pública da educação deve observar os princípios da gestão democrática, especialmente:

Descentralização: construção e execução das decisões de forma participativa, aproximando a administração das necessidades reais das unidades escolares.

Participação: envolvimento efetivo dos trabalhadores, estudantes, famílias e demais segmentos da comunidade escolar nas decisões sobre as políticas educacionais.

Transparência: publicidade das decisões administrativas, dos critérios de distribuição de recursos, das despesas realizadas e dos resultados das políticas implementadas.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

A representação sindical avaliou que esses princípios não foram devidamente observados, sobretudo diante da ausência de um orçamento participativo, da falta de transparência nas decisões administrativas e orçamentárias que impactaram diretamente o funcionamento das escolas e a valorização dos profissionais da educação. Ressaltou, ainda, que o SINDIUTE protocolou inúmeros ofícios junto à Secretaria Municipal da Educação, apresentando reivindicações, denúncias, solicitações de informações e pedidos de providências, muitos dos quais permaneciam sem respostas até a data da audiência. Para o sindicato, essa postura compromete o diálogo institucional, dificulta o acompanhamento das políticas públicas e contraria os princípios da transparência, da participação democrática e do respeito à legítima representação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

A SME registra, para fins de precisão administrativa, que tais manifestações foram recebidas como ponderações e reivindicações da representação sindical, a serem apreciadas nos limites da legislação aplicável, das competências administrativas e da instrução técnica pertinente, não importando, por si sós, em reconhecimento automático de veracidade integral, de passivo consolidado, de omissão administrativa ou de obrigação imediata por parte da Administração.

Em relação aos ofícios, requerimentos e demais expedientes encaminhados à SME, foi consignado que a Secretaria mantém compromisso com o tratamento institucional das demandas recebidas, observados o fluxo interno de tramitação, a priorização administrativa, a competência material de cada área, a necessidade de instrução técnica e os limites normativos aplicáveis ao compartilhamento de informações. Esclareceu-se que a resposta institucional a expedientes externos e internos exige, em diversas hipóteses, consolidação prévia de subsídios pelas unidades técnicas, razão pela qual o tempo de tramitação pode variar conforme a complexidade da matéria e a necessidade de manifestação de múltiplos setores.

2.1. Insuficiência de avanços na pauta prioritária da Campanha Salarial 2025/2026

O SINDIUTE ressaltou que a gestão municipal não assegurou avanços concretos nas principais reivindicações aprovadas em Assembleia Geral, entre elas:

Revogação da Lei Complementar nº 298/2021, conhecida como "Lei do Sarto", para restabelecer os direitos aos anuênios e à licença-prêmio dos servidores atingidos pelas alterações legislativas.

Equiparação salarial das professoras assistentes da Educação Infantil substitutas com as efetivas, considerando a realização das mesmas atribuições.

Agilidade na tramitação dos processos administrativos referentes à redução de carga horária, abono de permanência, licença-prêmio, pecúnias e demais direitos dos servidores.

Conclusão do pagamento das pecúnias, cujas pendências se acumulam desde 2022.

Enquadramento dos agentes administrativos escolares no Plano de Cargos, Carreiras e Salários – PCCS, incluindo a reivindicação de ampliação da carga horária.

Correção da atecnia referente aos secretários escolares.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

Garantia dos direitos trabalhistas dos professores substitutos, incluindo a reivindicação de contratação pelo regime da CLT.

Valorização dos aposentados, com revisão da contribuição previdenciária de 14%, elevação do teto de isenção e redução da contribuição ao IPM.

A presidenta enfatizou que essas reivindicações não constituem demandas isoladas, mas representam as prioridades coletivas da categoria, democraticamente definidas em suas instâncias de deliberação.

Ressaltou que, apesar das diversas audiências realizadas, algumas desmarcadas ou adiadas pela gestão e outras encerradas sem respostas efetivas, não foram registrados avanços satisfatórios nas negociações das pautas prioritárias.

A SME registrou ciência das reivindicações apresentadas pela representação sindical no contexto da campanha salarial e das pautas funcionais correlatas, esclarecendo que matérias dessa natureza submetem-se, necessariamente, à análise integrada dos aspectos jurídicos, administrativos, financeiros e orçamentários, com observância do regime jurídico aplicável, das normas de responsabilidade fiscal, da disponibilidade orçamentária e da atuação coordenada dos órgãos competentes da Administração Municipal. Consignou-se, ainda, que o exame de pleitos funcionais e remuneratórios demanda instrução técnica adequada, não sendo juridicamente recomendável a assunção de compromissos definitivos sem a devida formação do suporte técnico-administrativo correspondente.

2.2. Planejamento orçamentário e prioridades administrativas

O SINDIUTE apresentou avaliação crítica sobre o planejamento orçamentário da SME em 2025, apontando que o sindicato alertou reiteradamente para a possibilidade de desequilíbrio financeiro. Entre os aspectos questionados, destacaram-se:

A ampliação das despesas com horas extras, aulas aos sábados e quinto tempo, sem que, na avaliação sindical, fossem apresentados resultados pedagógicos proporcionais aos investimentos.

A expansão do número de creches parceiras sem apresentação de planejamento orçamentário suficientemente transparente.

Os investimentos no projeto Integração, cuja execução, participação e ausência de prestação de contas foram questionadas pelo sindicato.

A realização de eventos comemorativos com recursos da educação, enquanto permaneciam necessidades estruturais e pedagógicas não atendidas.

A distribuição desigual dos recursos destinados à manutenção das unidades escolares.

A continuidade de obras escolares não concluídas na gestão anterior e a ausência de início de outras intervenções previstas.

A insuficiência de mecanismos de participação da comunidade escolar na definição das prioridades de investimento.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

O SINDIUTE considerou que as decisões administrativas e orçamentárias de 2025 contribuíram para o cenário de restrições financeiras enfrentado pela educação municipal em 2026.

Também foi ressaltado que a relação institucional entre a SME e o sindicato sofreu deterioração, em razão da ausência de respostas concretas às reivindicações, da falta de retorno aos ofícios protocolados e das dificuldades de negociação.

2.3. Consequências para o exercício de 2026

Segundo a avaliação sindical, o ano de 2026 foi marcado pelas consequências do planejamento orçamentário anterior, com escassez de recursos para manutenção da rede, execução de políticas educacionais e valorização dos trabalhadores.

O SINDIUTE reconheceu como conquista o enquadramento das professoras assistentes da Educação Infantil efetivas, ressaltando, entretanto, que a medida não contemplou as profissionais substitutas, permanecendo a reivindicação prioritária de equiparação salarial.

A presidenta apontou ainda problemas recorrentes na rede municipal, entre os quais:

Atrasos nos repasses dos recursos de manutenção das unidades escolares.

Carência de professores e dificuldades na lotação dos substitutos.

Insuficiência de recursos para aquisição de água potável, café e açúcar.

Ausência ou atraso na entrega de fardamentos, kits escolares e livros didáticos destinados à Educação Infantil.

Obras escolares inacabadas e outras ainda não iniciadas.

Falta de climatização em grande parte das salas de aula.

Ausência de recursos suficientes para manutenção dos aparelhos de ar-condicionado e reparo dos ventiladores.

Condições inadequadas de trabalho diante das altas temperaturas.

Problemas relacionados à inclusão escolar, sobretudo à insuficiência de profissionais de apoio e à sobrecarga dos trabalhadores.

Não pagamento de indenizações referentes às licenças-prêmio não usufruídas de servidores aposentados.

Morosidade na concessão de direitos, como redução de carga horária, abono de permanência e outros processos administrativos.

Falta de apuração das denúncias de assédio moral, com a Comissão de Assédio Moral tendo realizado, segundo informações apresentadas pelo sindicato, apenas duas reuniões durante os anos de 2025 e 2026.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

Não pagamento do PMED até a data da audiência.

Não realização do projeto Sem Fronteiras.

Ausência das atividades do Outubro Docente.

A presidenta destacou que as dificuldades de funcionamento das unidades escolares afetam diretamente as condições de trabalho, a permanência dos estudantes e a qualidade do ensino e da aprendizagem.

3. Anuênios, Licença-Prêmio e Equiparação Salarial das Assistentes Substitutas

A presidenta reiterou que a revogação dos dispositivos da Lei Complementar nº 298/2021 que retiraram direitos aos anuênios e à licença-prêmio dos novos servidores e a equiparação salarial das professoras assistentes da Educação Infantil substitutas representam prioridades da Campanha Salarial.

Sobre os direitos aos anuênios e à licença-prêmio, exigiu a revogação imediata dos dispositivos legais instituídos na gestão do ex-prefeito José Sarto e ainda não modificados pela atual gestão.

Afirmou que a manutenção dessa legislação é injusta e perversa, pois estabelece uma divisão entre trabalhadores da mesma carreira: aqueles que possuem os direitos e aqueles que foram privados deles em razão da data de ingresso no serviço público municipal.

Destacou que a ausência dos anuênios representa, ao final de uma carreira de 40 anos, a perda da possibilidade de acumular 40 adicionais anuais de 1%, calculados de forma sucessiva, o que ocasiona expressivo prejuízo financeiro em relação aos servidores que ingressaram em concursos anteriores.

Acrescentou que a retirada do direito à licença-prêmio representa a perda de até 24 meses de remuneração ao longo de uma carreira de 40 anos, considerando os períodos aquisitivos e a possibilidade de indenização das licenças não usufruídas.

Sobre a equiparação salarial das professoras assistentes da Educação Infantil substitutas com as efetivas, a presidenta reafirmou que não é admissível a manutenção de remunerações tão diferentes para profissionais que desempenham as mesmas atribuições nas unidades escolares.

A representação sindical abordou a decisão do Supremo Tribunal Federal relacionada à aplicação do piso salarial nacional do magistério aos profissionais contratados temporariamente, destacando a necessidade de acompanhamento dos efeitos da decisão e de sua aplicação aos professores substitutos da rede municipal de Fortaleza.

O SINDIUTE reafirmou que continuará mobilizado pela conquista dessas reivindicações, consideradas fundamentais para a valorização da categoria e para a organização do ano letivo de 2027.

A presidenta enfatizou que o sindicato defenderá a resolução dessas duas pautas antes do início do próximo ano letivo, mantendo a mobilização da categoria enquanto persistirem as desigualdades denunciadas.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

Quanto às reivindicações relacionadas a anuênios e licença-prêmio, a SME esclareceu que o tema exige apuração técnica específica, com análise de compatibilidade normativa, exame jurídico do regime vigente, levantamento de impacto financeiro e avaliação dos reflexos administrativos decorrentes de eventual alteração do quadro atualmente estabelecido. Registrou-se que a matéria não se exaure em manifestação de conveniência administrativa isolada, dependendo de apreciação qualificada pelas instâncias competentes, inclusive sob a ótica orçamentário-financeira e da legalidade estrita, razão pela qual não seria possível converter a reunião em sede de deliberação conclusiva sobre o ponto.

Sobre a temática relativa às assistentes da Educação Infantil substitutas, a SME consignou que houve, no exercício de 2026, avanço normativo-funcional relacionado às servidoras efetivas da carreira, circunstância que demonstra a existência de providências administrativas voltadas ao aperfeiçoamento do enquadramento funcional de parcela da categoria. Todavia, quanto à situação das substitutas, esclareceu-se que eventual equiparação remuneratória exige exame jurídico próprio, análise da natureza do vínculo, avaliação de impacto financeiro e apreciação administrativa específica, não sendo tecnicamente possível tratar situações jurídicas distintas como automaticamente equivalentes sem o necessário suporte normativo e orçamentário.

3.1. Reivindicação dos estudos de impacto financeiro

A representação sindical reivindicou, mais uma vez, a apresentação dos estudos de impacto financeiro referentes à implantação dos anuênios para os servidores que tiveram esse direito retirado pela Lei Complementar nº 298/2021, bem como à equiparação salarial das professoras assistentes da Educação Infantil substitutas com as efetivas.

Ressaltou que esses estudos já haviam sido solicitados em audiências anteriores, sem que a SME apresentasse, até aquela data, os respectivos cálculos.

O SINDIUTE enfatizou que a ausência dessas informações compromete a transparência e dificulta o avanço das negociações, especialmente diante da elaboração do orçamento municipal para 2027.

Reivindicou, portanto, a apresentação dos impactos financeiros, acompanhados dos respectivos demonstrativos e critérios de cálculo, a fim de subsidiar a negociação das duas pautas prioritárias da Campanha Salarial.

A representação sindical também defendeu a participação de representantes da Prefeitura com conhecimento técnico nas áreas de orçamento, finanças públicas e gestão de pessoal, para que as negociações sejam realizadas com informações concretas e transparentes.

Em resposta, o secretário Ciro Mesquita informou que a SME estava realizando o planejamento para o encerramento do exercício financeiro de 2026, com prioridade para garantir:

O pagamento da folha referente ao mês de novembro, previsto para 1º de dezembro de 2026.

O pagamento do décimo terceiro salário.

A folha de dezembro, com pagamento previsto para o final do próprio mês.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

O cumprimento da decisão judicial relativa à Ação de Férias e ao respectivo abono dos profissionais abrangidos.

O secretário propôs a realização de nova audiência em 11 de dezembro de 2026, ocasião em que seriam retomadas as discussões sobre anuênios, licença-prêmio e equiparação das assistentes da Educação Infantil, com análise dos respectivos impactos financeiros e da possibilidade de inclusão dessas reivindicações na Campanha Salarial de 2027.

4. Dispensa dos Voluntários da Educação

Outro ponto central da audiência foi a dispensa de centenas de trabalhadores vinculados ao programa de voluntariado da educação municipal.

O SINDIUTE manifestou discordância da medida, considerando seus impactos sociais, pedagógicos e administrativos.

A representação sindical destacou que os voluntários desempenham atividades importantes nas escolas, especialmente na busca ativa dos estudantes, no acompanhamento da frequência escolar e no apoio às atividades cotidianas das unidades.

Ressaltou, ainda, que muitos desses trabalhadores dependem da ajuda de custo para garantir sua subsistência e financiar seus estudos, sendo particularmente grave a realização dos desligamentos sem comunicação prévia.

O sindicato relatou que determinadas unidades escolares foram mais prejudicadas do que outras, com retirada de todos os voluntários, enquanto permaneciam necessidades de pessoal.

Também alertou para os impactos da medida no período de preparação e aplicação do SPAECE, considerando a importância da busca ativa para enfrentar a infrequência escolar.

Foram apresentadas denúncias de que a redução dos voluntários estaria afetando diretamente a política de inclusão escolar, com deslocamento de profissionais de apoio à inclusão para outras atividades.

Diante disso, o SINDIUTE reivindicou:

Reavaliação dos desligamentos e reorganização da distribuição dos voluntários conforme as necessidades das escolas.

Análise das situações das unidades que tiveram todos os voluntários dispensados.

Preservação das atividades de busca ativa e acompanhamento dos estudantes.

Garantia de profissionais destinados ao atendimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial, evitando desvios de função.

Estudo sobre a possibilidade de realização de concurso público para profissionais de apoio à inclusão escolar.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

Transparência quanto ao planejamento de continuidade ou encerramento dos vínculos dos voluntários remanescentes.

O SINDIUTE ressaltou a importância de que essa reorganização observe as carências de pessoal, as atividades de busca ativa, as necessidades da inclusão escolar e o funcionamento cotidiano das unidades, evitando que a redução de trabalhadores comprometa ainda mais as condições de atendimento aos estudantes.

O secretário informou que os desligamentos decorreram das medidas de reorganização orçamentária adotadas pela SME para assegurar o encerramento do exercício financeiro de 2026. Ademais, a SME informou que haverá uma reorganização da distribuição dos voluntários, considerando as necessidades das unidades escolares, especialmente daquelas mais impactadas pelos desligamentos.

5. Inclusão Escolar e Saúde dos Trabalhadores

A presidenta do SINDIUTE também apresentou preocupação com a forma como a política de inclusão vem sendo implementada na rede municipal. Destacou que a inclusão escolar exige planejamento, recursos humanos, formação adequada e condições concretas de atendimento aos estudantes. A ausência dessas condições, conforme relatado pelo sindicato, tem provocado sobrecarga de trabalho, adoecimento e esgotamento psicológico de professores e demais profissionais da educação. O sindicato defendeu a ampliação das equipes de apoio, o respeito às atribuições profissionais e o dimensionamento adequado do pessoal necessário à inclusão.

6. Climatização e Manutenção das Escolas

A professora Samara questionou a insuficiência dos recursos destinados à manutenção dos aparelhos de ar-condicionado das unidades escolares. O SINDIUTE destacou que a ampliação da climatização não avançou no ritmo necessário para atender à rede municipal, permanecendo escolas sem equipamentos adequados e outras com aparelhos sem manutenção. Foi ressaltada a gravidade da situação diante das altas temperaturas, que comprometem as condições de trabalho, a saúde da comunidade escolar e os processos de ensino e aprendizagem. A representação sindical defendeu a garantia imediata de recursos para manutenção dos aparelhos, reparação dos ventiladores e medidas emergenciais de proteção à comunidade escolar.

7. Repasses para Água, Café e Açúcar

No tocante aos insumos destinados ao funcionamento das unidades escolares, a SME esclareceu que a gestão de abastecimento e suporte operacional integra rotina administrativa sujeita a monitoramento, liberação de recursos, fluxos internos de distribuição e acompanhamento pelas áreas responsáveis. Ademais, o secretário informou que havia sido autorizada a liberação de recursos destinados à aquisição de água, café e açúcar para as escolas. Segundo o secretário: 86 unidades escolares receberiam os recursos ainda no dia 6 de novembro. As demais unidades deveriam receber os respectivos repasses até 13 de novembro de 2026.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

O SINDIUTE destacou a importância do cumprimento dos prazos informados, especialmente diante das reclamações recorrentes sobre a ausência de água potável e de recursos básicos de manutenção.

8. Resultados Educacionais e Financiamento da Educação

O SINDIUTE reafirmou que a melhoria da aprendizagem deve estar articulada à valorização dos profissionais, à garantia das condições de funcionamento das unidades escolares e à participação democrática da comunidade educacional nas decisões.

O secretário Ciro Mesquita informou que Fortaleza havia apresentado crescimento de dois décimos no Ideb dos anos iniciais, passando de 5,9 para 6,1. Argumentou que a melhoria dos resultados pedagógicos seria importante para a ampliação dos recursos destinados ao Município, considerando os mecanismos de financiamento vinculados a indicadores educacionais.

9. Pagamento Das Pecúnias

O SINDIUTE reiterou sua preocupação com o passivo acumulado desde 2022, cobrando a conclusão dos pagamentos pendentes e a apresentação de um calendário transparente para os próximos exercícios. A representação sindical destacou a importância de que a proposta de 2027 contemple critérios objetivos, previsibilidade dos pagamentos e a continuidade das convocações, assegurando aos servidores aposentados o conhecimento sobre a programação de quitação das pecúnias.

Quanto às pecúnias e indenizações relacionadas à licença-prêmio, a SME esclareceu que o processamento administrativo de indenizações ocorre nos casos regularmente instruídos, observadas a legislação aplicável, a regularidade procedimental e a programação financeira pertinente. Sobre as indenizações referentes às licenças-prêmio não usufruídas, o secretário informou que a Prefeitura trabalhava com a previsão de pagamento de aproximadamente R$ 60 milhões em pecúnias durante o exercício de 2026. Informou, ainda, que no mês de dezembro de 2026 será apresentada uma proposta de continuidade dos pagamentos em 2027, contemplando a programação destinada aos servidores que permanecem aguardando o recebimento das indenizações.

10. Ouvidoria, Comissão de Assédio Moral e Relações Institucionais

A representação sindical denunciou dificuldades relacionadas ao funcionamento da Ouvidoria e da Comissão de Assédio Moral, destacando a necessidade de garantir canais efetivos de acolhimento, apuração e encaminhamento das denúncias apresentadas pelos trabalhadores. O sindicato informou que, nos anos de 2025 e 2026, a Comissão de Assédio Moral teria realizado apenas duas reuniões, situação considerada insuficiente diante do volume de denúncias recebidas. O professor Victor ressaltou a ausência de avanços concretos nas negociações entre o SINDIUTE e a SME. A presidenta reforçou que o respeito à organização sindical e às deliberações democráticas da categoria é condição fundamental para a construção de uma relação institucional baseada no diálogo e na negociação. Também defendeu a elaboração de um projeto político e administrativo para a

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

SME, com planejamento, participação da comunidade educacional e transparência na definição das prioridades.

No ponto referente à ouvidoria, à comissão de assédio moral e aos mecanismos de acolhimento e apuração, a SME registrou que os canais institucionais de recepção e tratamento de demandas permanecem submetidos aos fluxos administrativos regulares, com observância do sigilo quando cabível, da proteção de dados pessoais, do devido tratamento das informações sensíveis e da atuação das instâncias formalmente competentes. Com relação a atuação da Comissão de Assédio Moral a SME compreende que há um dificuldade na aplicabilidade da norma municipal devido a impossibilidade de mesmo em tese, os representantes sindicais, mesmo que administrativamente, agirem contra os interesses dos trabalhadores, impedindo-nas de aceitar relatoria das denúncias, conforme imposto por lei. Assim a SME recomenda consulta a Comissão Central da Sepog para dirimir as dificuldades de aplicação da Portaria nº 191/2019-SEPOG no âmbito da Comissão Setorial da Secretaria Municipal da Educação.

11. Audiência com o Prefeito e Campanha Salarial 2027

O SINDIUTE solicitou audiência com o prefeito de Fortaleza, com o objetivo de discutir as reivindicações prioritárias da categoria e buscar encaminhamentos que envolvem decisões orçamentárias e políticas da administração municipal.

O secretário informou que estava em tratativas com a Secretaria Municipal de Governo para viabilizar uma reunião conjunta destinada à discussão das pautas dos professores e da Campanha Salarial de 2027. Foi proposta a realização de nova audiência com o Sindiute em 11 de dezembro de 2026, para retomada das negociações sobre anuênios, licença-prêmio e equiparação salarial das assistentes da Educação Infantil substitutas.

12. Calendário Escolar, Crise Climática, Férias e Reposição de Aulas

Durante a audiência, também foram discutidas questões relacionadas à organização do calendário escolar de 2026 e 2027. O SINDIUTE apresentou proposta de organização do encerramento do ano letivo, da recuperação dos estudantes, das férias dos professores e do início das atividades escolares de 2027. A representação sindical destacou que a elaboração e a execução do calendário escolar precisam considerar a crise climática que afeta Fortaleza e, consequentemente, as unidades da rede municipal de ensino, especialmente diante das altas temperaturas, da ausência de climatização em diversas escolas, da insuficiência de ventilação e dos problemas recorrentes de abastecimento de água e energia elétrica. Ressaltou que essas condições comprometem a saúde e o bem-estar dos estudantes e trabalhadores, além de prejudicarem os processos de ensino e aprendizagem. Diante desse cenário, o SINDIUTE solicitou a realização de uma audiência específica com a SME para discutir os impactos da crise climática nas escolas e estabelecer medidas emergenciais de proteção à comunidade escolar, incluindo a avaliação da necessidade de adequação dos horários, da organização das atividades pedagógicas e das condições de funcionamento das unidades escolares. Quanto à reposição das aulas decorrentes de faltas eventuais e paralisações, o SINDIUTE reivindicou que as reposições sejam realizadas por meio de atividades pedagógicas domiciliares, devidamente planejadas, orientadas e registradas, evitando a ampliação da jornada presencial em condições ambientais inadequadas. A representação sindical também reivindicou expressamente o

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

abono integral dos dias de greve das professoras assistentes da Educação Infantil, bem como das paralisações e vigílias realizadas pela categoria, sem prejuízos funcionais ou financeiros aos trabalhadores e trabalhadoras.

Conforme os encaminhamentos informados após a audiência, a SME acolheu a proposta sindical relativa aos seguintes pontos:

23 de dezembro de 2026: conclusão do ano letivo.

Janeiro de 2027: realização das atividades de recuperação.

4 de janeiro a 3 de fevereiro de 2027: período de férias dos professores, conforme proposta apresentada pelo SINDIUTE.

4 de fevereiro de 2027: início do ano letivo.

8 de fevereiro de 2027: garantia de ponto facultativo.

Também foi informado pela SME o abono da paralisação da Educação Infantil e a reposição domiciliar das vigílias realizadas pela categoria, paralisação e faltas eventuais de carácter extraordinário em função da crise climatica e el nino.

O SINDIUTE reafirmou que o calendário escolar deve assegurar o cumprimento das atividades pedagógicas, respeitando os direitos dos profissionais da educação e garantindo condições adequadas de saúde, segurança, ensino e aprendizagem para toda a comunidade escolar.

13. Encaminhamentos e Compromissos Registrados

Durante a audiência, foram apresentados os seguintes encaminhamentos, reivindicações e informações:

1.Campanha Salarial 2027: retomada da discussão sobre as reivindicações prioritárias em audiência marcada para 11 de dezembro de 2026.

2.Anuênios e licença-prêmio: cobrança da apresentação dos estudos de impacto financeiro relativos à implantação dos anuênios, já solicitados em audiências anteriores.

3.Equiparação salarial: cobrança dos estudos de impacto financeiro referentes à equiparação das assistentes da Educação Infantil substitutas com as efetivas, igualmente solicitados em audiências anteriores.

4.Negociação orçamentária: reivindicação da participação de representantes técnicos da Prefeitura nas áreas de orçamento, finanças públicas e gestão de pessoal.

5.Audiência com o prefeito: articulação de reunião conjunta com a Secretaria Municipal de Governo.

6.Recursos de manutenção: informação de liberação dos repasses para água, café e açúcar, com previsão de atendimento a todas as unidades até 13 de novembro.

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

7.Pecúnias: o secretário informou a previsão de pagamento de aproximadamente R$ 60 milhões em pecúnias durante o exercício de 2026 e que, em dezembro, será apresentada a proposta de continuidade dos pagamentos em 2027, com vistas ao atendimento dos servidores que ainda aguardam o recebimento das indenizações referentes às licenças-prêmio não usufruídas.

8.Voluntários da Educação: a SME informou que haverá uma reorganização da distribuição dos voluntários, considerando as necessidades das unidades escolares, especialmente aquelas mais prejudicadas pelos desligamentos. O SINDIUTE reivindicou que essa reorganização observe as carências de pessoal, as atividades de busca ativa e as demandas de apoio ao funcionamento das escolas.

9.Inclusão escolar: solicitação de avaliação das carências de profissionais e de estudo sobre concurso público para apoio à inclusão.

10.Climatização: cobrança de recursos para manutenção dos equipamentos e melhoria das condições ambientais.

11.Ofícios sem respostas: cobrança de respostas às solicitações, denúncias e reivindicações formalmente protocoladas pelo SINDIUTE.

12.Ouvidoria e Comissão de Assédio Moral: reivindicação de funcionamento efetivo e regular dos mecanismos de acolhimento e apuração de denúncias.

13.Calendário escolar: registro dos encaminhamentos sobre encerramento do ano letivo, recuperação, férias e início das atividades de 2027.

14.Crise climática: solicitação de audiência específica para discutir os impactos das altas temperaturas nas escolas municipais e estabelecer medidas emergenciais de proteção à comunidade escolar.

15.Haverá a Reposição de aulas: reivindicação de reposição das faltas eventuais e paralisações por meio de atividades pedagógicas domiciliares, com planejamento e registro, execpicionalmente em função da crise climatica.

16.Abono das mobilizações: reivindicação de abono integral dos dias de greve das professoras e professoras assistentes da Educação Infantil, das paralisações e das vigílias, registrando-se a informação prestada pela SME sobre o abono da paralisação da Educação Infantil e das vigílias.

17.Relações institucionais: reivindicação de restabelecimento de um calendário efetivo de negociações, com transparência e participação sindical.rência e ao prosseguimento das tratativas em benefício da comunidade educacional.

ASSINATURAS:

Ciro Mesquita de Oliveira
Secretário Municipal da Educação

Ana Cristina Guilherme
Presidente do Sindicato União dos Trabalhadores em Educação de Fortaleza (SINDIUTE)

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

FORTALEZA
PREFEITURA

ASSINE JÁ

Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número JJLMCZJK
Para conferir o original, acesse o site https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento, informe o malote 5953301 e código JJLMCZJK
Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: https://validar.iti.gov.br/

ASSINADO POR:

Assinado por: CIRO MESQUITA DE OLIVEIRA em 18/11/2026